Guia Breve para o Estudioso da Obra Filosófica de

MÁRIO FERREIRA DOS SANTOS

Olavo de Carvalho

A obra de Mário Ferreira dos Santos
Guia breve

EBOOK

Table of Contents

Guia Breve para o Estudioso da Obra Filosófica de Mário Ferreira dos Santos 2
1. Mário Ferreira dos Santos 3
2. A Enciclopédia e sua realização 6
3. O texto desta edição 14
Estrutura da Enciclopédia das Ciências Filosóficas 22
Mário Ferreira dos Santos e o nosso futuro 24

Guia Breve para o Estudioso da Obra Filosófica de Mário Ferreira dos Santos

Por quanto tempo ainda conseguirá a aliança entre a displicência, a inépcia e o invejoso desdém manter estendida a rede de sombras que, desde a morte do maior dos nossos filósofos, caiu sobre a sua obra luminosa? Por quanto tempo ainda durará o reinado dos momos filosóficos cujo ruidoso carnaval abafa o discurso da mais alta inteligência?

Na esperança de que esse reinado esteja perto do fim, apresento aqui a obra magnífica que desenterrei dos inéditos legados por Mário Ferreira dos Santos, e à qual dei, atendendo a honroso pedido da filha do autor, a preparação textual melhor que pude, fazendo-a acompanhar desta *Introdução* para guiamento do leitor.

Nas páginas que se seguem, não intento um resumo ou análise do pensamento filosófico de Mário Ferreira dos Santos, matéria para estudo de maior fôlego, mas delineio apenas um rápido perfil biográfico do autor, um esquema da estrutura da obra cíclica em que este livro se insere — a *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* —e um breve relato dos trabalhos editoriais desenvolvidos para a publicação destas *Leis Eternas*. Bem sei que discernir numa montanha de textos os lineamentos de uma estrutura interna global é já interpretar, e muito. É pelo menos remover o principal obstáculo no caminho de uma interpretação, sobretudo no caso de uma obra de dimensões oceânicas, onde mesmo leitores habilidados não souberam enxergar senão um caos movente e inabarcável. Mas se aqui entro na investigação dessa estrutura, não é bem na posição de intérprete filosófico, ao menos por enquanto, e sim apenas na de *introdutor* propriamente dito, por que não se perca o leitor entre as colunatas e corredores do maior templo filosófico já erigido em língua portuguesa. Estas páginas têm portanto um sentido exclusivamente prático e utilitário, sem a ambição de um estudo filosófico que não obstante elas preparam e anunciam, no intuito sincero de que a promessa bem intencionada não se substitua ao cumprimento do dever.

1. Mário Ferreira dos Santos1

Mário [Dias] Ferreira dos Santos nasceu em Sorocaba, Estado de São Paulo, no dia 3 de janeiro de 1907, às 13h20, filho de Francisco Dias Ferreira dos Santos e de Maria do Carmo Santos.

Seu pai, português de nascimento, descendia de uma família de advogados e juristas, mas seguiu carreira de artista e se notabilizou como um dos pioneiros do cinema, tendo produzido e dirigido dezenas de filmes, inclusive *O Crime dos Banhados*, reconhecido como o primeiro longa-metragem da filmografia mundial. Mário, quando menino, participou como ator de alguns filmes do pai.

Casado com uma senhora muito católica, Francisco Santos era ateu e maçom. Mário contaria a seus filhos que o contraste entre as crenças do pai e da mãe fora um dos primeiros motivos de espanto que despertaram prematuramente sua inquietação filosófica. Malgrado suas convicções, Francisco Santos era admirador da educação jesuítica, motivo pelo qual, após instalar-se com a família em Pelotas, Rio Grande do Sul, matriculou o filho no Ginásio Gonzaga (hoje em dia dirigido por padres maristas).

Mário Ferreira dos Santos sempre considerou-se devedor dos jesuítas, dos quais recebeu as primeiras noções de filosofia e a formação religiosa a que permaneceria fiel, apesar de crises temporárias, até o último dia. Deveu a eles algo mais: sentindo despertar em si o que supôs ser uma vocação sacerdotal, foi orientado pelos mestres a que buscasse noutra direção o rumo da sua vida.

Em 1925, ingressou na Faculdade de Direito de Porto Alegre, estreando como advogado em 1928, com sucesso, antes mesmo de formar-se. No ano mesmo em que se bacharelou em Direito e Ciências Sociais, 1930, abandonou a profissão para trabalhar na empresa de produções cinematográficas de seu pai. Simultaneamente, dirigia o jornal gaúcho *A Opinião Pública*. Como jornalista, apoiou ativamente a Revolução de 1930, mas não tardou a criticar certos atos do novo governo revolucionário, sendo por isto preso e obrigado a afastar-se da direção do jornal.

Ainda em Porto Alegre, trabalhou no *Diário de Notícias*, no *Correio do Povo* e em algumas revistas. Como comentarista político, escreveu mais de uma centenas de artigos sobre a II Guerra Mundial, alguns deles depois reunidos em livros.

De 1943 a 1944, fez várias traduções para a Editora do Globo, entre as quais *Os Pensamentos* de Blaise Pascal, *Diário Íntimo* de Amiel, *A Fisiologia do Casamento* de Balzac e *Vontade de Potência*, de Nietzsche.

Nietzsche foi uma influência marcante na formação do nosso filósofo, que depois traduziu ainda — sempre diretamente do original — *Aurora*, *Além do Bem e do Mal* e *Assim Falava Zaratustra*, este último acompanhado de valiosos comentários. Ainda sobre Nietzsche, Mário Ferreira escreveu um longo ensaio, *O Homem que Nasceu Póstumo*, onde, tomando a palavra em nome do filósofo-poeta, o defende contra seus detratores.

Datam desse período vários outros ensaios de assunto filosófico — abordado porém de uma maneira literária e informal —, onde vemos pouco a pouco delinearem-se alguns dos temas básicos da preocupação do autor. Encontrando dificuldade para publicá-los, Mário Ferreira tornou-se seu próprio editor, obtendo notável sucesso de livraria com obras publicadas sob uma estonteante variedade de pseudônimos. Daí por diante, ele não deixaria mais a atividade editorial, fundando várias empresas; as principais foram a "Livraria e Editora *Logos* S.A." e a "Editora Matese Ltda.", ambas de São Paulo, pelas quais publicou — imprimindo-os em gráfica própria — não apenas os seus livros mas uma infinidade de traduções de obras clássicas, bem como enciclopédias, dicionários e antologias.

Na década de 50, mudou-se para a capital paulista, onde, prosseguindo na atividade editorial, dirigia também quatro cinemas, ao mesmo tempo que dava cursos e conferências, escrevia para jornais e revistas e ainda ia redigindo, em velocidade crescente com o decorrer dos anos, a sua

obra filosófica. Homem de atividade vulcânica — típico *colérico* da tipologia de Le Senne — e dotado de gênio empresarial, Mário foi o introdutor, no Brasil, do sistema de livros a crédito, vendidos de porta em porta. Fez enorme sucesso, ainda aumentado pela repercussão de seu *Curso de Oratória e Retórica*, freqüentado por políticos, empresários e intelectuais de renome, e que, publicado em livro, vendeu nada menos de onze edições. Nos intervalos, dirigia um *Curso de Filosofia por Correspondência*, corrigindo pessoalmente as lições enviadas por centenas de alunos e ainda encontrando tempo para atuar como conselheiro de pessoas aflitas que recorriam freqüentemente ao seu auxílio. Esta última atividade inspirou-lhe dois livros que ainda estão entre os mais interessantes no gênero auto-ajuda: *Curso de Integração Pessoal* e *Convite à Psicologia Prática*.

De 1952 em diante entregou-se com paixão crescente e avassaladora à construção de sua obra filosófica magna: a *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, cinco dezenas de volumes dos quais a maior parte chegou a ser publicada em vida do autor, restando porém inéditos alguns textos fundamentais, dos quais o presente volume inicia a publicação ordenada.

Mário Ferreira dos Santos jamais ocupou cargo público ou cátedra universitária. Nem procurou fazê-lo, ele que pautou sua vida por uma independência feroz e que mostrou sua capacidade de vencer sozinho obstáculos ante os quais tremeram gerações inteiras. Sua única passagem pelo corpo docente de uma universidade deu-se no último ano de sua vida, quando, por insistência de seu admirador e amigo, o filósofo letoniano radicado no Brasil, Pe. Stanislavs Ladusãns, s.j., Mário consentiu em dar algumas aulas na Faculdade de Filosofia N. Sra. Medianeira, dos padres jesuítas, encerrando portanto sua vida de estudioso, tal como a iniciara, entre os soldados de Cristo. As aulas duraram apenas umas poucas semanas. Mário já estava muito com graves problemas cardíacos, agravados pelo excesso de trabalho e pela imensa tristeza do filósofo ante a situação política, marcada pelo enrijecimento do domínio militar; e a direção da escola, prevendo o pior, mandou instalar, ao lado da sala de aula, um balão de oxigênio para alguma emergência.

Mário não morreu na cátedra, mas em casa, cercado de seus entes queridos — sua esposa Yolanda, suas filhas Yolanda e Nadiejda, seu genro Fernando: os únicos verdadeiros aliados e colaboradores que tivera na vida. Sentindo aproximar-se o instante derradeiro, o filósofo pediu que os familiares o erguessem: morrer deitado, afirmou, era indigno de um homem. Morreu de pé, recitando as palavras do *Pai Nosso*.

2. A Enciclopédia e sua realização.

Se Mário Ferreira dos Santos tivesse morrido na primeira metade da década de 50, sua biografia já teria mostrado um homem notável pela criatividade, pela multiplicidade dos talentos, pela atuação pública de jornalista, editor e educador.

Mas, escondida sob essa variedade de ocupações, desenrolava-se uma biografia interior de riqueza ainda maior. Pouco nos dizem a respeito os documentos. O desenvolvimento intelectual e espiritual de Mário Ferreira é um mistério, pois os escritos publicados, até 1952, só de maneira parcial e obscura refletem as inquietações mais profundas que o agitavam por dentro e os vastos planos cuja realização já se preparava, talvez, em seu subconsciente. Sabe-se, é claro, que durante todo esse período ele não cessou de estudar as grandes obras de filosofia, de tomar notas, de mandar buscar no Exterior os livros raros de que necessitava, e mesmo de encomendar cópias de velhos fólios em bibliotecas, como por exemplo fez com os de filósofos portugueses do Renascimento, pelos quais ele foi talvez o primeiro grande pensador, depois de Leibniz, a devotar longo estudo e profunda admiração. Essa atividade interior foi gerando secretamente, por dentro do ensaísta, do tradutor-comentarista de Nietzsche, do jornalista e editor brilhante, um novo homem: um filósofo no sentido mais pleno da palavra. Na verdade, *o* filósofo brasileiro. Mas os escritos publicados até o princípio da década de 50, se anunciam os temas e problemas fundamentais de que ele iria ocupar-

se, nem de longe deixam transparecer a profundidade, a envergadura e a solidez dos pensamentos que germinavam na alma de Mário Ferreira dos Santos: inteiramente desproporcional com o anterior, o novo homem surge pronto, como se vindo do nada, e explode numa seqüência de dez obras geniais, publicadas entre 1952 e 1957: *Filosofia e Cosmovisão*, *Lógica e Dialética*, *Psicologia*, *Teoria do Conhecimento*, *Ontologia*, *Tratado de Simbólica*, *Filosofia da Crise*, *O Homem Perante o Infinito*, *Noologia Geral* e sobretudo a obra maior desse período: *Filosofia Concreta*, em três tomos. Publicadas, não: disparadas, à razão de um volume a cada quatro meses. O estado das edições reflete o improviso da produção, incapaz de acompanhar a tempestade de intuições fulgurantes que se sucediam, cada vez mais ricas e abrangentes, no interior de uma inteligência que parecia querer abraçar com um só olhar a totalidade do real. O inacabamento desses livros, o descuido com a revisão, os freqüentes hiatos na exposição e as súbitas mudanças de assunto podem ter repelido muitos leitores, num país onde o esnobismo das capas elegantes e das edições bem cuidadinhas ainda é uma *conditio sine qua non* para que um livro seja respeitado até mesmo pelos intelectuais. Nessas obras, no entanto, está contido, sob uma forma literária descuidada e opaca, não só um pensamento maravilhosamente ordenado, mas uma filosofia total, orgânica, sistêmica — *enciclopédica* no sentido etimológico do termo: um ensinamento abrangente de estrutura perfeitamente circular ou esférica. Porque é evidente que os dez livros foram concebidos todos de uma vez, como capítulos de uma exposição seguida, destinada a abranger de maneira global e pela ordem lógica os temas básicos da indagação filosófica. Pela ordem, sim, porque a desordem ali é só do pormenor estilístico: a estrutura, tanto da série como de cada livro, é regular e límpida na sua simetria.

Mas não é só do exame dos livros que se conclui a unidade do conjunto. Os familiares do autor contam que, dando uma conferência em São Paulo, Mário repentinamente se calou e, após alguns minutos de constrangimento geral, pediu aos ouvintes que o desculpassem: acabara de lhe ocorrer uma idéia, que precisava registrar no papel antes que escapasse. Foi para casa e redigiu na mesma noite a série de teses principais da *Filosofia Concreta*. Estas teses, numeradas, progridem como numa demonstração matemática, dos princípios auto-evidentes até as mais remotas conseqüências para os vários domínios da filosofia. Mais tarde Mário acrescentou demonstrações — cruzando vários métodos lógicos e dialéticos —, comentários, escólios, etc. Basta examinar os nove títulos restantes da Primeira Série da *Enciclopédia* para verificar que eles não fazem senão dar recheio à armadura então esboçada, realizar em detalhe o programa da *Filosofia Concreta*, desdobrando num confronto dialético com múltiplas correntes de pensamento, e enriquecendo com uma variedade de exames segundo as perspectivas de diferentes disciplinas filosóficas, o esquema que, no último livro da série, será apresentado numa síntese geometricamente ordenada.

O primeiro volume, *Filosofia e Cosmovisão*, ainda mostra um autor hesitante quanto ao rumo da coleção. De um lado, tratava-se de apresentar uma filosofia nova, original até à audácia, ao mesmo tempo que arraigada no solo arcaico do pitagorismo, e de fazê-la dialogar com as correntes principais do pensamento contemporâneo, às quais ela se opunha dialeticamente ao mesmo tempo que se oferecia como síntese abrangente dos seus momentos positivos. De outro lado, falava a vocação do educador, que queria ensinar a todos, ser didático, espalhar livros de filosofia para todo o Brasil, ser compreendido até pelo mais humilde operário do centro anarquista onde suas conferências lhe haviam conquistado sólidas e duradouras amizades.

A mistura impossível não deu certo. Vacilando entre o didatismo e a obscuridade, Mário nos deixou uma obra híbrida, que constitui, a meu ver, a pior introdução possível ao seu pensamento. Isto não desmerece, é claro, os elevados méritos do livro, sobretudo das suas partes finais, onde Mário, como que num súbito arranque, num acesso de urgência, abandona toda preocupação didática para nos entregar, em páginas de extrema densidade, o núcleo vivo do seu pensamento. O resultado, porém, é que o leitor versado em filosofia é repelido pelo didatismo das primeiras páginas, e o leigo pela obscuridade das últimas, de modo que, faltando a este a paciência e àquele a humildade, ambos deixam de tirar proveito da leitura.

O segundo volume padece do mesmo defeito, mas atenuado, porque entre a primeira parte — um manual de lógica clássica — e a segunda — uma apresentação resumida do novo método

dialético concebido pelo autor, a *decadialética* —, um capítulo intermediário sobre as várias dialéticas havidas na História faz as vezes de ponte, produzindo um efeito de *graduação crescente da dificuldade*, que era provavelmente o que o Mário quisera fazer, sem sucesso, no primeiro volume.

Do terceiro em diante, a argumentação toma impulso, as novas perspectivas abertas pelo método decadialético vão surgindo com progressão deslumbrante, a filosofia de Mário Ferreira dos Santos vai tomando corpo até perfazer-se como uma *summa* de demonstração geométrica nos três volumes da *Filosofia Concreta*.

A meio caminho, Mário tem uma recaída no didatismo, mas é uma recaída providencial. O *Tratado de Simbólica*, sexto volume da sér a exposição da filosofia pessoal de Mário, para dar os princípios fundamentais de uma ciência do simbolismo resumidos das obras dos bons tratadistas, como Mathila Ghyka, Mircea Eliade, René Guénon e outros. Acontece que, entre esses princípios, surgem as interpretações simbólicas dos números de 1 a 10 segundo o pitagorismo, as quais, no confronto com outros símbolos, de ordem plástica, adquirem uma clareza maior do que se fossem apresentadas no abstrato e sem esse suporte sensível. E acontece também que toda a metodologia, toda a dialética e toda a ontologia de Mário Ferreira se baseiam, em última análise, num aprofundamento do sentido dos números no pitagorismo. Este livro, aparentemente o menos filosófico da série, acaba por funcionar, quase que sem querer, como a mais didática das introduções ao pensamento de Mário Ferreira dos Santos, e será recomendável que o leitor faça por ele seu primeiro contato com a obra do filósofo. Isto lhe dará uma base sensível e imaginativa onde apoiar-se para escalar as abstrações que o elevarão, nos volumes seguintes, a alturas quase irrespiráveis, que aliás já se anunciavam na *Teoria do Conhecimento* (vol. IV) e na *Ontologia* (vol. V).

Carlo Beraldo, no longo verbete que consagrou a Mário Ferreira na *Enciclopedia Filosofica* do *Centro di Studi Filosofici di Gallarate*2, definiu a filosofia do mestre brasileiro como uma síntese — "ao mesmo tempo tradicional e pessoal" — de pitagorismo e tomismo. A definição é incompleta, mas verdadeira no essencial, e constitui uma boa via de acesso para a compreensão dessa filosofia.

O ponto de partida de Mário Ferreira é uma reinterpretação completa do pitagorismo, em parte com base nos textos remanescentes da escola pitagórica, em parte como recomposição ideal fundada na hipótese da sua "coerência intrínseca", isto é, na conjetura historicamente verossímil de que Pitágoras, ou a escola pitagórica, não poderia deixar de perceber as conseqüências lógicas imediatas — e mesmo algumas não tão imediatas — dos princípios que havia postulado.

Essa reconstrução não tem necessariamente, segundo Mário, um sentido histórico, e sim doutrinal e lógico. Se ela não nos dá o pitagorismo historicamente autêntico, dá-nos a autêntica filosofia de Mário Ferreira, antes inspirada do que calcada em Pitágoras. Esta filosofia se ergue por etapas — não no sentido cronológico, mas lógico —, que vão ampliando e aprofundando o sentido de uma intuição originária, até reconstruir, tomando-a como centro, o edifício inteiro das ciências filosóficas. As etapas são quatro:

1ª Mário compreende a Década Sagrada dos pitagóricos inicialmente como um sistema de categorias lógicas. Fundado nessa hipótese, ele constrói um novo método dialético — a *decadialética* — que, abordando uma questão desde dez pontos de vista interligados, oferece um contrapeso dialético ao abstratismo da lógica formal. Para a decadialética, todo ente (ou todo problema) deve ser enfocado, sucessiva e rotativamente, (1) como *unidade*, (2) como *oposição* (interna), (3) como *relação* (entre os opostos), (4)como *proporção* (entre as relações internas) e (5) como *forma* (síntese concreta dos quatro aspectos anteriores). Isto perfaz o exame da sua constituição interna. Mas em seguida o objeto deve ser visto (6) em sua *harmonia* (com o meio circundante), (7) em seus aspectos de ruptura e crise que o separam abissalmente do meio e o sujeitam a mutações, (8) em seu potencial de *superação* ou *assunção* (pelo qual, perdida a sua harmonia intrínseca, se integra numa harmonia imediatamente superior), (9) na *unidade superior* da forma abrangente (que reúne os oito aspectos anteriores e os integra no todo cósmico) e, finalmente, (10) em sua inserção finalística na *unidade transcendente* do real, no Ser supracósmico, no Supremo Bem de que falava Platão.

Há uma segunda maneira de aplicar a decadialética. Aqui os dez aspectos tornam-se dez *campos*, cada um definido por uma oposição básica:

1º Sujeito *x* objeto.

2º Atualidade *x* virtualidade.

3º Possibilidades reais *x* possibilidades não-reais.

4º Intensidade *x* extensidade.

5º Atualizações (e virtualizações) da intensidade *x* atualizações (e virtualizações) da extensidade.

6º Razão *x* intuição (oposições no sujeito).

7º Conhecimento x desconhecimento (oposições na razão).

8º Atualizações e virtualizações da intuição *x* atualizações e virtualizações da razão.

9º Conhecimento *x* desconhecimento (oposições na intuição).

10º Variante *x* invariante.

Só quando enfocado por esses dez primas, em suas duas versões, é que um problema filosófico pode se considerar suficientemente elaborado e pronto para ser resolvido, na medida das possibilidades humanas. O método abrange o uso da lógica formal antiga e moderna, das várias dialéticas (aristotélica, hegeliana, nietzscheana, etc.), como elementos técnicos que são integrados e superados no conjunto. Quando o objeto ou tema é encarado como um todo, a decadialética inclui ainda um complemento, a *pentadialética*, que o enfoca em cinco planos sucessivos:

1º Como *unidade* em si.

2º No *todo* do qual é elemento.

3º Na *série* a que pertence como etapa.

4º No *sistema* em que se integra funcional e tensionalmente.

5º No *universo*, considerado de maneira esquemática e abstrata.

2ª Tendo construído este método e demonstrado sua eficácia na resolução de uma variedade de problemas filosóficos, ele dá o passo seguinte: demonstrar que os dez números não são apenas categorias *lógicas*, mas também *noéticas*: não regem somente a estruturação do raciocínio coerente e ideal, mas toda a esfera da cognição humana *real*. As categorias são assim elevadas a *arquétipos*. Nesta etapa, ele demonstra a coerência entre suas interpretações das categorias pitagóricas e os simbolismos dos números de 1 a 10 tal como se encontram nas obras de arte sacra, nas escrituras das várias religiões, etc.

3ª Isto feito, ele avança ainda mais: demonstra que não são arquétipos só em sentido noético, mas também *metafísico*; que imperam necessariamente sobre todo ser possível, independentemente e acima das formas da cognição humana. os arquétipos tornam-se *princípios*.

4ª Finalmente, ele demonstrará que os princípios universais assim encontrados não são apenas esquemas da possibilidade universal, mas leis ontológicas concretas, que imperam efetivamente sobre todas as ordens de realidades acessíveis ao conhecimento humano.

Essas etapas são percorridas em imensos giros, em que o olhar do filósofo vai abarcando sucessivamente todos os temas e problemas da filosofia universal e reordenando-os segundo novas sínteses, cada vez mais abrangentes, que reabsorvem numa unidade transcendente as teses mais opostas, as correntes mais antagônicas, enfim reconciliadas à luz da *Mathesis megiste* — o "ensinamento supremo".

Mathesis megiste: Mário utiliza-se desta expressão pitagórica para nomear última série da sua *Enciclopédia* e a culminação do seu ensino. Para explicar de que se trata, ele começa por classificar em quatro tipos as linguagens com que se transmitem conhecimentos: *pragmática*, para as comunicações cotidianas, *simbólica*, para a poesia e a religião, *científica*, para dar conceitos nítidos às coisas classificadas pelo conhecimento, e finalmente *filosófica*, "onde os conceitos atingem sua máxima pureza, válidos para todos os setores do conhecimento humano". Realização última e plenária da linguagem filosófica, a *Mathesis megiste*, assim, constrói "um universo de discurso válido para todas as esferas do conhecimento"3. Quanto ao conteúdo, a *Mathesis* compõe-se de verdades *per se notæ*, coligidas das obras de todos os principais filósofos (não houve um que não percebesse alguma) e ordenados em sistema. A *Mathesis* é, pois, algo como uma *unidade*

transcendente das filosofias, na qual se expressam os princípios auto-evidentes subjacentes a toda filosofia possível; é, ao mesmo tempo, a lógica interna de todo sistema de metafísica e ontologia, e finalmente uma supra-metodologia de todas as disciplinas filosóficas4.

Para dar expressão a esse pensamento grandioso, Mário concebeu o plano de sua *Enciclopédia* em três partes, acompanhando a exigência de sua decadialética de que toda abordagem de um problema filosófico, grande ou pequeno, o enfocasse primeiro numa rápida visão sintética, em seguida o desdobrasse analiticamente em seus vários aspectos e componentes discernidos pela abstração, e que finalmente os vários ângulos abstrativamente separados fossem reunificados, concrecionados (de *cum crescior*: "crescer junto") na visão simultânea das dez dimensões do ser.

Esse esquema ternário — e isto é fundamental para a compreensão do pensamento de Mário — ordena não somente a construção de cada livro em particular, mas a da *Enciclopédia* como um todo, e também a de cada uma das três séries de que, coerentemente com o mesmo esquema, ela se compõe. Esta rigorosa geometria do conjunto escapa de todo ao leitor que examine as obras de Mário separadamente, ainda que as leia em grande quantidade: é só a estrutura do conjunto que ilumina a das seções e a dos livros individuais, refletindo-se o todo nas partes e estas no todo.

Mas a ordeação geométrica vai ainda mais fundo: na primeira e na terceira séries da *Enciclopédia*, isto é, na síntese inicial e na concreção final, a distribuição dos volumes segue, pelo assunto, a progressão das categorias pitagóricas, de 1 a 10, isto é, o primeiro volume enfoca seu tema pelo prisma da unidade, o segundo pelo da oposição, o terceiro pelo da relação, etc. A série intermediária não poderia obedecer a uma ordenação semelhante, visto que é a parte analítica da *Enciclopédia*, onde se examinam, um a um, temas e problemas cuja divisão e subdivisão poderia, em princípio, prosseguir indefinidamente. Aí, portanto a numeração é livre, obedecendo somente à seqüência cronológica das edições.

A estrutura da *Enciclopédia* pode então ser visualizada segundo o diagrama da pág. 33. Eis aí, clara e distinta, a ordem interna de uma obra filosófica onde os contemporâneos do autor — incluindo os pajés e caciques da taba filosófica tupiniquim — não souberam enxergar senão a confusão da sua forma externa, movidos por uma ilusão, como direi?, tipográfica. É claro que, ao lhes fazer tal censura, estou consciente de não haver da minha parte atinado com essa estrutura num relance de antevisão genial, mas num esforço continuado de alguns anos. Mas *fiz* afinal esse esforço, movido pelo pressentimento confiante de que por trás da aparente mixórdia dos textos havia algo de precioso a compreender; ao passo que eles, os importantes do dia — entre os quais muitos ainda importantes hoje em dia — logo empinaram os narizinhos e viraram as costas a esta obra magnífica, fundados na presunção de que ali não havia nada a compreender. Presunção no duplo sentido, de suposição e de pretensão vaidosa. É claro, também, que a obra materialmente realizada não perfaz em todos os pontos essa estrutura ideal, deixando várias lacunas e imperfeições — sobretudo nos dez volumes finais, inéditos e alguns incompletos —, as quais, no entanto, nem de longe bastam para ocultar os lineamentos do todo aos olhos de um leitor paciente.

Quanto ao sentido geral da obra, a fórmula de Carlo Beraldo, se peca por incompleta — já que entram na composição do pensamento de Mário muitas outras heranças além da pitagórica e tomista —, chama no entanto a atenção para um ponto fundamental: observando a tendência geral do mundo moderno para a matematização do pensamento filosófico, Mário empenhou-se a fundo por sanear essa tendência de sua preconceituosa hereditariedade gnóstica e anticristã, e supôs, aparentemente com razão, que os males do matematismo só poderiam ser sanados, homeopaticamente, por um matematismo ainda mais radical. A crítica que ele empreendeu da lógica matemática, num de seus livros aliás mais prejudicados pelo descuido da edição5, mostra uma intuição quase visionária de uma das principais raízes da tragédia contemporânea: a matematização do pensamento empreendida por intelectos menores, incapazes de apreender, da matemática, senão os seus aspectos lógico-formais, e totalmente cegos para a esfera superior onde por trás do puro formalismo aparece a realidade suprema dos princípios ontológicos, substancialmente os mesmos proclamados por Aristóteles e Sto. Tomás de Aquino. A ponte entre o matematismo e a ontologia,

Mário julgou encontrá-la em Pitágoras (coisa que nem Sto. Tomás nem Aristóteles poderiam ter sequer imaginado). Daí o acerto essencial da fórmula de Beraldo.

Pouco importa, ademais, saber se o Pitágoras aí referido é o histórico ou se é uma pura projeção de um aspecto superior da alma do próprio Mário Ferreira dos Santos. Mário mesmo brincou com essa hipótese, auto-representando-se, num diálogo filosófico6, na figura de personagem de nome Pitágoras de Mello.

Não é impossível, no entanto, que a *fantasia exata* do seu pitagorismo tenha acertado mais fundo, historicamente, do que ele mesmo supôs. Pois, na sua ousadia de reconstrutor ideal, ele avança até delinear, na base da pura dedução conjetural, o que poderia ter sido o ensinamento oral de Platão: e aqui ele acerta na mosca, como se vê pela perfeita homologia entre o seu Platão ideal e aquele revelado, duas décadas depois, pela exaustiva confrontação histórica dos textos, empreendida em trabalho memorável pelo historiador italiano Giovanni Reale7.

3. O texto desta edição

Ao morrer, em 1968, Mário Ferreira dos Santos deixou, além de uma quase centena de livros publicados, uma volumosa coleção de inéditos, entre os quais se encontram — posso assegurar — suas obras mais valiosas. Dentre elas, destacam-se estas *Leis Eternas*, que um exame objetivo permite situar, sem qualquer exagero, como um dos cumes do pensamento metafísico no século XX.

Não foi porém a consideração de seu valor e importância singulares que me decidiu a começar por este livro a edição da série das *Obras Inéditas* do grande filósofo brasileiro. As razões foram duas. A primeira, de ordem meramente prática: dos inéditos, este era o mais acabado, o de preparação editorial menos dificultosa8.

A segunda requer mais explicações. Mário Ferreira dos Santos escreveu sua obra magna, a *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*9, mais de cinco dezenas de volumes, de um só jato, trabalhando incansavelmente de 1952 até o ano de seu falecimento (1968), movido por uma intuição central cuja unidade não se perde, um só instante, ao longo de toda a série.

Obra sistêmica e circular, os vários volumes que a compõem se apóiam e se explicam mutuamente, sendo por isto freqüentes as remissões de um a outro. Como, ao escrever um dos volumes, o autor já tivesse em vista a complementação que pretendia lhe dar nos seguintes, ocorre também com freqüência o anúncio de que tal ou qual argumento será desenvolvido ou fundamentado numa obra posterior, àquela altura só existente como intenção e plano. No ritmo frenético em que o autor trabalhava, é compreensível que muitas vezes mencionasse sob títulos diferentes uma mesma obra planejada, seja por distração (ele mesmo se penitenciava citando o célebre *Aristotelis insignis negligentia in scribendo*), seja por haver decidido a mudar de título, sem lembrar-se de avisar disto o leitor, seja porque resolvera desdobrar em vários volumes a obra inicialmente concebida para um só, ou vice-versa. Ao leitor que conheça somente os volumes publicados em vida do autor, mesmo que os conheça em sua totalidade, a obra de Mário Ferreira dos Santos parecerá truncada e informe no seu gigantismo, ficando difícil reconhecer nela as linhas subjacentes de uma coerência arquitetônica que, não obstante, o autor proclama existir. A idéia que nos ocorre ante essa montanha de pensamentos é a da absoluta impossibilidade de completar a execução de um projeto tão ambicioso. Com estonteante surpresa, portanto, foi que descobri, ao examinar os inéditos, que o plano anunciado fora realizado integralmente, que a *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* era uma realidade, um todo completo e acabado, não faltando um só volume dentre os muitos que o autor prometera.

Diante desse fato, restava organizar o conjunto, seguindo as indicações — nem sempre concordantes, é verdade — que o autor deixara quanto às linhas de construção e à distribuição das partes; e em seguida preparar o texto de cada volume para publicação.

Para a primeira dessas tarefas, a fórmula da solução foi encontrada, quase miraculosamente, num fragmento de papel, do tamanho da palma da mão, metido entre as pastas de cartolina guardadas na casa da alameda Irerê, no bairro do Brooklin, em São Paulo, onde Mário Ferreira dos Santos vivera seus últimos dias. Nesse papelucho o filósofo rabiscara às pressas a numeração dos dez últimos volumes da *Enciclopédia*, que compõem juntos uma série completa dedicada ao estudo da disciplina a que o autor chamava, pitagoricamente, *Mathesis megiste*, "Ensinamento supremo" — o coroamento do seu sistema filosófico. Como, por outro lado, os dez primeiros volumes da obra publicada — de *Filosofia e Cosmovisão* (1954) até *Filosofia Concreta* (1957) — constituíam também e declaradamente uma série completa, de caráter introdutório, ficava nítida a divisão da *Enciclopédia* em três blocos ou séries: uma série de dez títulos no começo, outra de dez no fim, cada uma formando por si uma unidade de caráter sintético; no meio, algumas dezenas de obras consagradas a temas específicos, abordados analiticamente. A estrutura do todo seguia fielmente o método expositivo do autor, adotado dentro de cada obra em particular, que dividia o tema numa "síntese inicial abstrata", num desdobramento analítico intermediário e numa "síntese final concreta". O amontoado confuso de papéis resolvia-se num edifício de linhas perfeitamente cristalinas.

Na breve anotação de Mário Ferreira dos Santos, os volumes finais da *Enciclopédia* distribuíam-se em oito títulos e dez volumes, assim:

I	*A Sabedoria dos Princípios*.
II	*A Sabedoria da Unidade*.
III-IV	*A Sabedoria do Ser e do Nada*, 2 vols..
V	*A Sabedoria das Leis Eternas*.
VI	*Dialética Concreta*.
VII-VIII	*Tratado de Esquematologia*, 2 vols..
IX	*Teoria Geral das Tensões*.
X	*Deus*.

Esses volumes deveriam estampar, transcrito e corrigido, o conteúdo do curso que, sob a denominação geral *Mathesis megiste*, o autor vinha proferindo para um grupo privado desde 1966. Os três primeiros títulos estavam publicados. O vol. II de *A Sabedoria do Ser e do Nada* saíra, logo após o falecimento do autor, por iniciativa de sua filha Yolanda Lhullier dos Santos (Mário Ferreira era editor de si mesmo, com uma grande gráfica própria, onde pusera a trabalhar todos os seus familiares). Os títulos restantes foram encontrados em manuscrito, no seguinte estado:

- *A Sabedoria das Leis Eternas*. Transcrição de seis aulas, gravadas em fita e datilografadas pela esposa do filósofo, Yolanda Santos Burdette, e ainda sem revisão do autor.
- *Dialética Concreta*. Constituía-se, em parte, de aulas transcritas, em parte, de anotações manuscritas do autor.
- *Tratado de Esquematologia*. Idem.
- *Teoria Geral das Tensões*. Coletânea de breves anotações, transcritas e numeradas por D. Yolanda à medida que as entregava o autor, e acompanhadas de alguns planos e esquemas para a estruturação da obra.
- *Deus*. Sob este título o autor reunia sob a unidade de um plano de conjunto materiais de tempos e origens diversas. Aproveitava em parte o que escrevera décadas antes para um livro projetado sob o título *Deus: Provas contra e a favor da Sua Existência*, juntando-lhe notas recentes e transcrições de aulas da *Mathesis*.[10]

Ao lado dos oito títulos da série final, Mário deixara vários outros que, segundo compreendi, faziam parte da série intermediária, já que tratavam sempre de temas específicos. Alguns deles constituíam-se de traduções comentadas — S. Boaventura, Plotino, Lao-Tsê, Duns Scot —, o que seguia o hábito do autor, manifestado em sua obra publicada, de expor parte de suas idéias ao fio de comentários a algum filósofo célebre.

Do conjunto dos inéditos, só quatro podiam ser ditos incompletos: a *Teoria Geral das Tensões*, coleção de fragmentos soltos que não abrangiam a totalidade dos temas anunciados no Plano que os acompanhava; a tradução de *De Primo Principio* de Duns Scot, a que faltavam os prometidos *Comentários*; a tradução das *Enéadas* de Plotino, também sem os comentários; e *Filosofia e Romantismo*, de que não se encontraram senão fragmentos esparsos. Todos os demais títulos anunciados — da segunda e da terceira série — estavam lá completos, ainda que em rascunho. A *Enciclopédia* realizara-se. O filósofo não se fora deste mundo sem terminar sua tarefa.

Ele deixara, inclusive, abreviada mas nem por isto menos eloqüente, uma indicação do que esperava de seu futuro editor: completar, antes de tudo o mais, a série da *Mathesis*, fechando a unidade da *Enciclopédia* onde mais tarde os volumes restantes poderiam encaixar-se como detalhes complementares. O filósofo mesmo seguira este caminho, publicando os três primeiros volumes da série final antes dos demais inéditos que deixara. Eis por que começo a publicação dos *Inéditos* por estas *Leis Eternas*, quarto tomo da série *Mathesis Megiste*. Qualquer outra escolha seria infiel.

Quanto ao texto da presente edição, segui o mais fielmente que pude a transcrição, feita pela esposa do filósofo, das gravações das aulas 85ª a 91ª da *Mathesis*, transcrição a que D. Yolanda acrescentou no fim a seguinte nota:

> "Aulas proferidas pelo Prof. Mário Ferreira dos Santos em 1966. — Estas seis aulas, numeradas de 85 a 91, no total de 50 páginas, seriam posteriormente revisadas e completadas pelo autor para o volume *A Sabedoria das Leis*, que seria publicado após *A Sabedoria do Ser e do Nada*, o que não se realizou devido ao falecimento do Prof. Mário Ferreira dos Santos em abril de 1968. Foram datilografadas diretamente da fita gravada, não tendo, portanto, correção do autor."

Foi inevitável cortar repetições inúteis e completar algumas frases truncadas, destacando naturalmente entre colchetes e com tipos menores os acréscimos de responsabilidade do editor. Sendo o texto compacto, denso e de leitura dificílima para quem não conheça com certa minúcia os livros anteriores de Mário Ferreira dos Santos, julguei conveniente amparar o texto em notas e remissões, sobretudo para indicar os lugares da obra restante onde o leitor poderá encontrar explicações mais detalhadas sobre certos tópicos obscuros, e para destacar alguns pontos de comparação possível entre o pensamento do autor e algumas correntes filosóficas contemporâneas. Como todas as notas eram de autoria do editor, não fazia sentido repetir a toda hora "n. Ed.", "n. Ed.", "n. Ed.", sendo portanto omitidas as obsessivas letrinhas.

Mário Ferreira dos Santos costumava conservar, no texto de suas obras, o uso de algumas consoantes mudas que a ortografia de 1943 suprimira, por julgar que, destacando a etimologia das palavras, ajudava a apreender o seu sentido profundo, por exemplo em *acto*, *dialéctica*, etc.. Julguei artificioso imitar esse uso num texto que não saiu da pena do filósofo, mas que preparei a partir de uma fita gravada11. Empreguei, portanto, a ortografia corrente, mas, para orientação do leitor, dou em apêndice uma lista das palavras que vi escritas com as consoantes mudas em outras obras do autor.

Quanto ao título, em algumas anotações do autor aparece como *A Sabedoria das Leis*, em outras como *Leis Eternas*, em outras ainda como *A Sabedoria das Leis Eternas*, que preferi por conter os outros dois.

O editor da presente obra tem o dever de acrescentar a estas advertências algumas palavras que talvez soem estranhas e desagradáveis.

Mário Ferreira dos Santos é, de longe, o maior dos filósofos brasileiros. A *Enciclopedia Filosofica* do *Centro di Studi Filosofici di Gallarate* reconheceu-o implicitamente, ao conceder ao nosso autor um verbete de página inteira, quando não atribuiu aos demais pensadores de língua portuguesa mais que algumas poucas linhas. Há de reconhecê-lo também qualquer leitor habilitado

e honesto, após um exame criterioso deste e dos demais livros fundamentais do autor, especialmente *Filosofia Concreta*, *Pitágoras e o Tema do Número*, *A Sabedoria dos Princípios*, *A Sabedoria da Unidade*, mesmo sem conhecer os demais inéditos onde o filósofo se eleva às alturas da pura sapiência.

Apesar disso, e talvez por isso mesmo, a vasta obra de Mário Ferreira dos Santos não encontrou, da parte do nosso *establishment* universitário, senão uma indiferença renitente e por vezes malévola, que não atesta senão a inépcia fulgurante de muitas cabeças coroadas.

Mário não foi um desconhecido. Algumas suas obras alcançaram, em vida do autor, nove, dez, quinze edições, e seus cursos tiveram como alunos muitas celebridades de miolo mole, que, tendo recebido ali um ensinamento de valor extraordinário, não souberam nem reconhecê-lo nem mostrar-se dignas dele trabalhando por seu resgate e difusão após o desaparecimento do mestre. Morto o filósofo, uma ominosa cortina de silêncio baixou sobre sua obra.

Em qualquer país sério, um legado filosófico deste porte seria considerado patrimônio nacional, e haveria equipes técnicas, sob estipêndio do Estado, esforçando-se para organizar os manuscritos, editá-los, estudá-los e discuti-los sob todos os aspectos. Mário Ferreira é afinal, de pleno direito, o *Philosophus brasiliensis*, sua obra testemunha a eclosão, tardia mas esplêndida, de uma consciência filosófica integral neste país e marca o verdadeiro ingresso do Brasil na história espiritual do mundo, já não na condição de ouvinte, mas na de orador e mestre.

A ausência de apoio estatal, no entanto, não desculpa a incúria pessoal daqueles que, pelo contato direto com o mestre, se tornaram herdeiros de seu patrimônio filosófico e moralmente responsáveis pela sua guarda e cuidado12. Quanto àqueles que, sem ter sido alunos dele, tiveram por outros meios a oportunidade de conhecer algo de sua obra e nem mesmo perceberam a grandeza do que tinham por diante, atestam com isto o lamentável estado de uma intelectualidade que nada enxerga com os próprios olhos e só sabe reconhecer um filósofo quando ele vem com rótulo de autenticidade firmado por alguma autoridade estrangeira. Infelizmente o meio filosófico brasileiro está ainda infestado dessa gente fútil, leviana e palavrosa.

Muitos fatores podem ter contribuído para fomentar e legitimar o descaso. O primeiro deles está, evidentemente, no tamanho descomunal da obra de Mário, na sua desordem editorial, no estilo abstruso que, aliado a erros de tipografia, leva por vezes o leitor ao desespero. Mas isto não é desculpa. As obras de Aristóteles, quando reencontradas no século I a. C., não estavam em melhores condições, e em matéria de inacabamento e confusão os textos do nosso filósofo não são mais assustadores que os de Jakob Böhme ou que os originais taquigrafados de Edmund Husserl, que nem por isto deixaram de ser publicados e estudados.

Mas um segundo fator é o preconceito anti-escolástico, arraigado nos intelectuais brasileiros a ponto de torná-los cegos para a mera possibilidade de que algo de novo ou valioso emerja um dia dessa filosofia, que eles tomam, *a priori*, como relíquia de um passado morto ou como uma subfilosofia de manual. *A priori*, naturalmente, porque a desconhecem: Nunca conheci neste país um anti-escolástico de carteirinha que tivesse lido de Sto. Tomás, por exemplo — e só para ficarmos no nome de maior projeção — algo mais que *De Ente et Essentia*, um curto resumo, e trechos da *Suma Teológica*, obra que o autor classificava como elementar e introdutória. Uma tradução completa dos *Comentários* aquinatenses a Aristóteles, feita por meu amigo Antônio Donato Rosa, não despertou o menor interesse da cúpula uspiana nem dos editores em geral.

Um terceiro fator, mais sutil, é a propensão, fortíssima nas culturas dependentes, de cada intelectual só se interessar pelas obras que expressam idéias afins às suas ou às de seu grupo de referência. Numa atmosfera dominada pelo “intelectual coletivo” do gramscismo, só têm atrativo as obras que expressam aspirações gerais da comunidade letrada. O critério de valor das idéias é aí puramente mercadológico, e mesmo a mais profunda das verdades, se dita por um homem solitário numa linguagem que não ecoe logo no coração das multidões universitárias, é rejeitada como de menor importância. O império da opinião majoritária nas comunidades letradas, triste herança dos clubes literários da Revolução Francesa, é a versão moderna e absolutizada do *magister dixit*. Ter razão sozinho é, para a mentalidade coletivista, o pior dos pecados. Sócrates ou Jesus Cristo, para essa gente, simplesmente não aconteceram.

O editor deste livro discorda de muitas opiniões de Mário Ferreira dos Santos e não se considera sob aspecto nenhum seu seguidor ou discípulo. Nunca o conheceu pessoalmente nem muito menos foi seu aluno, tendo tomado conhecimento da obra somente em 1981, graças a uma feliz casualidade que trouxe à sua presença a filha do filósofo, D. Yolanda Lhullier dos Santos, cuja amizade muito o honra e cuja confiança, ao pedir-lhe que revisasse e editasse estas páginas, o desvanece acima de toda medida. Mas antes mesmo que ela o fizesse, ele já tomara sobre si esse dever indeclinável, movido tão-somente pelo impacto iluminante de uma primeira leitura e pelo sentimento de inconformidade ante o desconhecimento em que jazia a única filosofia plenamente digna deste nome que se produzira em língua portuguesa e neste país. Nem por um instante lhe passou pela cabeça a idéia de franzir o nariz, com desdém afetado, movido por objeções menores, ante uma obra cuja grandeza e valor devem ser manifestos a todo leitor sério, por mais que ele divirja de um ponto ou de outro, ou mesmo do conjunto. Ele não compreende que aqueles que a conheceram antes e desfrutaram do convívio pessoal do seu autor não tenham tido sentimento igual ou que, se o tiveram, isso não os movesse a nada. Trabalhando por conta própria, sem apoio de qualquer instituição estatal ou privada e sem remuneração de espécie alguma, ele se considera recompensado, com sobra de generosidade, pela simples oportunidade de conhecer, pelo trato direto dos manuscritos, um pensamento filosófico de tal envergadura, e de poder contribuir para lhe dar uma vestimenta editorial mais próxima de seu merecimento.

Rio, outubro de 1994.
Olavo de Carvalho

	IX	Integração		pitagóricas
	X	U n i d a d e Transcendente	*Concreção*	
	I			Série II
	II			Numeração
	III			livre
	Etc.			
Concreção	I	Unidade	*Síntese*	Série III
	II	Oposição		Numeração
	III	Relação		pitagórica
	IV	Reciprocidade		
	V	Forma	*Análise*	
	VI	Harmonia		
	VII	Mutação		
	VIII	Assunção		
	IX	Integração		
	X	U n i d a d e Transcendente	*Concreção*	

Mário Ferreira dos Santos e o nosso futuro

Quando a obra de um único autor é mais rica e poderosa que a cultura inteira do seu país, das duas uma: ou o país consente em aprender com ele ou recusa o presente dos céus e inflige a si próprio o merecido castigo pelo pecado da soberba, condenando-se ao definhamento intelectual e a todo o cortejo de misérias morais que necessariamente o acompanham.

Mário Ferreira ocupa no Brasil uma posição similar à de Giambattista Vico na cultura napolitana do século XVIII ou de Gottfried von Leibniz na Alemanha da mesma época: um gênio universal perdido num ambiente provinciano incapaz não só de compreendê-lo, mas de enxergá-lo. Leibniz ainda teve o recurso de escrever em francês e latim, abrindo assim algum diálogo com interlocutores estrangeiros. Mário está mais próximo de Vico no seu isolamento absoluto, que faz dele uma espécie de monstro. Quem, num ambiente intelectual prisioneiro do imediatismo mais mesquinho e do materialismo mais deprimente – materialismo compreendido nem mesmo como postura filosófica, mas como vício de só crer no que tem impacto corporal -, poderia suspeitar que,

num escritório modesto da Vila Olímpia, na verdade uma passagem repleta de livros entre a cozinha e a sala de visitas, um desconhecido discutia em pé de igualdade com os grandes filósofos de todas as épocas, demolia com meticulosidade cruel as escolas de pensamento mais em moda e sobre seus escombros erigia um novo padrão de inteligibilidade universal?

Os problemas que Mário enfrentou foram os mais altos e complexos da filosofia, mas, por isso mesmo, estão tão acima das cogitações banais da nossa intelectualidade, que esta não poderia defrontar-se com ele sem passar por uma metanóia, uma conversão do espírito, a descoberta de uma dimensão ignorada e infinita. Foi talvez a premonição inconsciente do terror e do espanto – do *thambos* aristotélico – que a impeliu a fugir dessa experiência, buscando abrigo nas suas miudezas usuais e definhando pouco a pouco, até chegar à nulidade completa; decerto o maior fenômeno de auto-aniquilação intelectual já transcorrido em tempo tão breve em qualquer época ou país. A desproporção entre o nosso filósofo e os seus contemporâneos – muito superiores, no entanto, à atual geração – mede-se por um episódio transcorrido num centro anarquista, em data que agora me escapa, quando se defrontaram, num debate, Mário e o então mais eminente intelectual oficial do Partido Comunista Brasileiro, Caio Prado Júnior. Caio falou primeiro, respondendo desde o ponto de vista marxista à questão proposta como *Leitmotiv* do debate. Quando ele terminou, Mário se ergueu e disse mais ou menos o seguinte:

– Lamento informar, mas o ponto de vista marxista sobre os tópicos escolhidos não é o que você expôs. Vou, portanto, refazer a sua conferência antes de fazer a minha.

E assim fez. Muito apreciado no grupo anarquista, não por ser integralmente um anarquista ele próprio, mas por defender as idéias econômicas de Pierre-Joseph Proudhon, Mário jamais foi perdoado pelos comunistas por esse vexame imposto a uma vaca sagrada do Partidão. O fato pode ter contribuído em algo para o muro de silêncio que cercou a obra do filósofo desde a sua morte. O Partido Comunista sempre se arrogou a autoridade de tirar de circulação os autores que o incomodavam, usando para isso a rede de seus agentes colocados em altos postos na mídia, no mundo editorial e no sistema de ensino. A lista dos condenados ao ostracismo é grande e notável. Mas, no caso de Mário, não creio que tenha sido esse o fator decisivo. O Brasil preferiu ignorar o filósofo simplesmente porque não sabia do que ele estava falando. Essa confissão coletiva de inépcia tem, decerto, o atenuante de que as obras do filósofo, publicadas por ele mesmo e vendidas de porta em porta com um sucesso que contrastava pateticamente com a ausência completa de menções a respeito na mídia cultural, vinham impressas com tantas omissões, frases truncadas e erros gerais de revisão, que sua leitura se tornava um verdadeiro suplício até para os estudiosos mais interessados – o que, decerto, explica mas não justifica. A desproporção evidenciada naquele episódio torna-se ainda mais eloqüente porque o marxismo era o centro dominante ou único dos interesses intelectuais de Caio Prado Júnior, ao passo que, no horizonte infinitamente mais vasto dos campos de estudo de Mário Ferreira, era apenas um detalhe ao qual ele não poderia ter dedicado senão alguns meses de atenção: nesses meses, aprendera mais do que o especialista que dedicara ao assunto uma vida inteira.

A mente de Mário Ferreira era tão formidavelmente organizada que para ele era a coisa mais fácil localizar imediatamente no conjunto da ordem intelectual qualquer conhecimento novo que lhe chegasse desde área estranha e desconhecida. Numa outra conferência, interrogado por um mineralogista de profissão que desejava saber como aplicar ao seu campo especializado as técnicas lógicas que Mário desenvolvera, o filósofo respondeu que nada sabia de mineralogia mas que, por

dedução desde os fundamentos gerais da ciência, os princípios da mineralogia só poderiam ser tais e quais – e enunciou quatorze. O profissional reconheceu que, desses, só conhecia oito.

A biografia do filósofo é repleta dessas demonstrações de força, que assustavam a platéia, mas que para ele não significavam nada. Quem ouve as gravações das suas aulas, registradas já na voz cambaleante do homem afetado pela grave doença cardíaca que haveria de matá-lo aos 65 anos, não pode deixar de reparar na modéstia tocante com que o maior sábio já havido em terras lusófonas se dirigia, com educação e paciência mais que paternais, mesmo às platéias mais despreparadas e toscas. Nessas gravações, pouco se nota dos hiatos e incongruências gramaticais próprios da expressão oral, quase inevitáveis num país onde a distância entre a fala e a escrita se amplia dia após dia. As frases vêm completas, acabadas, numa seqüência hierárquica admirável, pronunciadas em *recto tono*, como num ditado.

Quando me refiro à organização mental, não estou falando só de uma habilidade pessoal do filósofo, mas da marca mais característica de sua obra escrita. Se, num primeiro momento, essa obra dá a impressão de um caos inabarcável, de um desastre editorial completo, o exame mais demorado acaba revelando nela, como demonstrei na introdução à *Sabedoria das Leis Eternas*, um plano de excepcional clareza e integridade, realizado quase sem falhas ao longo dos 52 volumes da sua construção monumental, a *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*.

Além dos maus cuidados editoriais – um pecado que o próprio autor reconhecia e que explicava, com justeza, pela falta de tempo –, outro fator que torna difícil ao leitor perceber a ordem por trás do caos aparente provém de uma causa biográfica. A obra escrita de Mário reflete três etapas distintas no seu desenvolvimento intelectual, das quais a primeira não deixa prever em nada as duas subseqüentes, e a terceira, comparada à segunda, é um salto tão formidável na escala dos graus de abstração que aí parecemos nos defrontar já não com um filósofo em luta com suas incertezas e sim com um profeta-legislador a enunciar leis reveladas ante as quais a capacidade humana de discutir tem de ceder à autoridade da evidência universal.

A biografia interior de Mário Ferreira é realmente um mistério, tão grandes foram os dois milagres intelectuais que a moldaram. O primeiro transformou um mero ensaísta e divulgador cultural em filósofo na acepção mais técnica e rigorosa do termo, um dominador completo das questões debatidas ao longo de dois milênios, especialmente nos campos da lógica e da dialética. O segundo fez dele o único – repito, o único – filósofo moderno que suporta uma comparação direta com Platão e Aristóteles. Este segundo milagre anuncia-se ao longo de toda a segunda fase da obra, numa seqüência de enigmas e tensões que exigiam, de certo modo, explodir numa tempestade de evidências e, escapando ao jogo dialético, convidar a inteligência a uma atitude de êxtase contemplativo. Mas o primeiro milagre, sobrevindo ao filósofo no seu quadragésimo terceiro ano de idade, não tem nada, absolutamente nada, que o deixe prever na obra publicada até então. A família do filósofo foi testemunha do inesperado. Mário fazia uma conferência, no tom meio literário, meio filosófico dos seus escritos usuais, quando de repente pediu desculpas ao auditório e se retirou, alegando que "tivera uma idéia" e precisava anotá-la urgentemente. A idéia era nada mais, nada menos que as teses numeradas destinadas a constituir o núcleo da *Filosofia Concreta*, por sua vez coroamento dos dez volumes iniciais da*Enciclopédia*, que viriam a ser escritos uns ao mesmo tempo, outros em seguida, mas que ali já estavam embutidos de algum modo. A *Filosofia Concreta* é construída geometricamente como uma seqüência de afirmações auto-evidentes e de conclusões exaustivamente fundadas nelas – uma ambiciosa e bem sucedida tentativa de descrever a

estrutura geral da realidade tal como tem de ser concebida necessariamente para que as afirmações da ciência façam sentido.

Mário denomina a sua filosofia "positiva", mas não no sentido comteano. Positividade (do verbo "pôr") significa aí apenas "afirmação". O objetivo da filosofia positiva de Mário Ferreira é buscar aquilo que legitimamente se pode afirmar sobre o conjunto da realidade à luz do que foi investigado pelos filósofos ao longo de vinte e quatro séculos. Por baixo das diferenças entre escolas e correntes de pensamento, Mário discerne uma infinidade de pontos de convergência onde todos estiveram de acordo, mesmo sem declará-lo, e ao mesmo tempo vai construindo e sintetizando os métodos de demonstração necessários a fundamentá-los sob todos os ângulos concebíveis.

Daí que a filosofia positiva seja também "concreta". Um conhecimento concreto, enfatiza ele, é um conhecimento circular, que conexiona tudo quanto pertence ao objeto estudado, desde a sua definição geral até os fatores que determinam a sua entrada e saída da existência, a sua inserção em totalidades maiores, o seu posto na ordem dos conhecimentos, etc. Por isso é que à seqüência de demonstrações geométricas se articula um conjunto de investigações dialéticas, de modo que aquilo que foi obtido na esfera da alta abstração seja reencontrado no âmbito da experiência mais singular e imediata. A subida e descida entre os dois planos opera-se por meio da *decadialética*, que enfoca o seu objeto sob dez aspectos:

1. *Campo sujeito-objeto*. Todo e qualquer ser, seja físico, espiritual, existente, inexistente, hipotético, individual, universal, etc. é simultaneamente objeto e sujeito, o que é o mesmo que dizer – em termos que não são os usados pelo autor – receptor e emissor de informações. Se tomarmos o objeto mais alto e universal – Deus –, Ele é evidentemente sujeito, e só sujeito, ontologicamente: gerando todos os processos, não é objeto de nenhum. No entanto, para nós, é objeto dos nossos pensamentos. Deus, que ontologicamente é puro sujeito, pode ser objeto do ponto de vista cognitivo. No outro extremo, um objeto inerte, como uma pedra, parece ser puro objeto, sem nada de sujeito. No entanto, é óbvio que ela está em algum lugar e emite aos objetos circundantes alguma informação sobre a sua presença, por exemplo, o peso com que ela repousa sobre outra pedra. Com uma imensa gradação de diferenciações, cada ente pode ser precisamente descrito nas suas respectivas funções de sujeito e objeto. Conhecer um ente é, em primeiro lugar, saber a diferenciação e a articulação dessas funções. Alguns exercícios para o leitor se aquecer antes de entrar no estudo da obra de Mário Ferreira: (1) Diferencie os aspectos e ocasiões em que um fantasma é sujeito e objeto. (2) E uma idéia abstrata, quando é sujeito, quando é objeto? (3) E um personagem de ficção, como Dom Quixote?

2. *Campo da atualidade e virtualidade*. Dado um ente qualquer, pode-se distinguir entre o que ele é efetivamente num certo momento e aquilo em que ele pode (ou não) se transformar no instante seguinte. Alguns entes abstratos, como por exemplo a liberdade ou a justiça, podem se transformar nos seus contrários. Mas um gato não pode se transformar num antigato.

3. *Distinção entre as virtualidades (possibilidades reais) e as possibilidades não-reais, ou meramente hipotéticas*. Toda possibilidade, uma vez logicamente enunciada, pode ser concebida como real ou irreal. Só podemos obter essa gradação pelo conhecimento dialético que temos das potências do objeto.

4. *Intensidade e extensidade*. Mário toma esses termos emprestados do físico alemão Wilhelm Ostwald (1853-1932), separando aquilo que só pode variar em diferença de estados, como por

exemplo o sentimento de temor ou a plenitude de significados de uma palavra, e aquilo que se pode medir por meio de unidades homogêneas, como por exemplo linhas e volumes.
5. *Intensidade e extensidade nas atualizações*. Quando os entes passam por mudanças, elas podem ser tanto de natureza intensiva quanto extensiva. A descrição precisa das mudanças exige a articulação dos dois pontos de vista.
6. *Campo das oposições no sujeito: razão e intuição*. O estudo de qualquer ente sob os cinco primeiros aspectos não pode ser feito só com base no que se sabe deles, mas tem de levar em conta a *modalidade* do seu conhecimento, especialmente a distinção entre os elementos racionais e intuitivos que entram em jogo.
7. *Campo das oposições da razão: conhecimento e desconhecimento*. Se a razão fornece o conhecimento do geral e a intuição o do particular, em ambos os casos há uma seleção: conhecer é também desconhecer. Todos os dualismos da razão – concreto-abstrato, objetividade-subjetividade, finito-infinito, etc. – procedem da articulação entre conhecer e desconhecer. Não se conhece um objeto enquanto não se sabe o que tem de ser desconhecido para que ele se torne conhecido.
8. *Campo das atualizações e virtualizações racionais*. A razão opera sobre o trabalho da intuição, atualizando ou virtualizando, isto é, trazendo para o primeiro plano ou relegando para um plano de fundo os vários aspectos do objeto percebido. Toda análise crítica de conceitos abstratos supõe uma clara consciência do que aí foi atualizado e virtualizado.
9. *Campo das oposições da intuição*. A mesma separação do atual e do virtual já acontece no nível da intuição, que é espontaneamente seletiva. Se, por exemplo, olhamos esta revista como uma singularidade, fazemos abstração dos demais exemplares da mesma tiragem. Tal como a razão, a intuição conhece e desconhece.
10. *Campo do variante e do invariante*. Não há fato absolutamente novo nem absolutamente idêntico a seus antecessores. Distinguir os vários graus de novidade e repetição é o décimo e último procedimento da *decadialética*.

Mário complementa o método com a *pentadialética*, uma distinção de cinco planos diferentes nos quais um ente ou fato pode ser examinado: como *unidade*, como *parte de um todo* do qual é elemento, como capítulo de uma *série*, como peça de um *sistema* (ou estrutura de tensões) e como parte do *universo*.

Nos dez primeiros volumes da *Enciclopédia*, Mário aplica esses métodos à resolução de vários problemas filosóficos divididos segundo a distinção tradicional entre as disciplinas que compõem a filosofia – lógica, ontologia, teoria do conhecimento, etc. –, compondo assim a armadura geral com que, na segunda série, se aprofundará no estudo pormenorizado de determinados temas singulares.

Aconteceu que, na elaboração dessa segunda série, ele se deteve mais demoradamente no estudo dos números em Platão e Pitágoras, o que acabou por determinar o *upgrade* espetacular que marca a segunda metanóia do filósofo e os dez volumes finais da *Enciclopédia*, tal como expliquei na introdução à *Sabedoria das Leis Eternas*. O livro *Pitágoras e o Tema do Número*, um dos mais importantes do autor, dá testemunho da mutação. O que chamou a atenção de Mário foi que, na tradição pitagórico-platônica, os números não eram encarados como meras quantidades, no sentido em que são usados nas medições, mas sim como *formas*, isto é, articulações lógicas de relações possíveis. O que Pitágoras queria dizer com sua famosa afirmação de que “tudo são números” não é que todas as qualidades diferenciadoras podiam se reduzir a quantidades, mas que as quantidades

mesmas eram por assim dizer qualitativas: cada uma delas expressava um certo tipo de articulação de tensões cujo conjunto formava um objeto. Mas, se de fato é assim, conclui Mário, a seqüência dos números inteiros não é apenas uma contagem, mas uma série ordenada de categorias lógicas. Contar é, mesmo inconscientemente, galgar os degraus de uma compreensão progressiva da estrutura do real. Vejamos, só para exemplificar, o que acontece no trânsito do número um ao número cinco. Todo e qualquer objeto é necessariamente uma unidade. *Ens et unum convertuntur*, "o ser e a unidade são a mesma coisa", dirá Duns Escoto. Ao mesmo tempo, porém, esse objeto conterá em si alguma *dualidade* essencial. Mesmo a unidade simples, ou Deus, não escapa ao dualismo gnoseológico do conhecido e do desconhecido, já que aquilo que Ele conhece de si mesmo é desconhecido por nós. Ao mesmo tempo, os dois aspectos da dualidade têm de estar ligados entre si, o que exige a presença de um terceiro elemento, a *relação*. Mas a relação, ao articular os dois aspectos anteriores, estabelece entre eles uma *proporção*, ou quaternidade. A quaternidade, considerada como forma diferenciada do ente cuja unidade abstrata captamos no princípio, é por sua vez uma quinta forma. E assim por diante.
A mera contagem exprime, sinteticamente, o conjunto das determinações internas e externas que compõem qualquer objeto material ou espiritual, atual ou possível, real ou irreal. Os números são portanto "leis" que expressam a estrutura da realidade. O próprio Mário confessa não saber se essa sua versão muito pessoal do pitagorismo coincide materialmente com a filosofia doMário Ferreira dos Santos e o nosso futuro
por Olavo de Carvalho

Quando a obra de um único autor é mais rica e poderosa que a cultura inteira do seu país, das duas uma: ou o país consente em aprender com ele ou recusa o presente dos céus e inflige a si próprio o merecido castigo pelo pecado da soberba, condenando-se ao definhamento intelectual e a todo o cortejo de misérias morais que necessariamente o acompanham.

Mário Ferreira ocupa no Brasil uma posição similar à de Giambattista Vico na cultura napolitana do século XVIII ou de Gottfried von Leibniz na Alemanha da mesma época: um gênio universal perdido num ambiente provinciano incapaz não só de compreendê-lo, mas de enxergá-lo. Leibniz ainda teve o recurso de escrever em francês e latim, abrindo assim algum diálogo com interlocutores estrangeiros. Mário está mais próximo de Vico no seu isolamento absoluto, que faz dele uma espécie de monstro. Quem, num ambiente intelectual prisioneiro do imediatismo mais mesquinho e do materialismo mais deprimente – materialismo compreendido nem mesmo como postura filosófica, mas como vício de só crer no que tem impacto corporal -, poderia suspeitar que, num escritório modesto da Vila Olímpia, na verdade uma passagem repleta de livros entre a cozinha e a sala de visitas, um desconhecido discutia em pé de igualdade com os grandes filósofos de todas as épocas, demolia com meticulosidade cruel as escolas de pensamento mais em moda e sobre seus escombros erigia um novo padrão de inteligibilidade universal?

Os problemas que Mário enfrentou foram os mais altos e complexos da filosofia, mas, por isso mesmo, estão tão acima das cogitações banais da nossa intelectualidade, que esta não poderia

defrontar-se com ele sem passar por uma metanóia, uma conversão do espírito, a descoberta de uma dimensão ignorada e infinita. Foi talvez a premonição inconsciente do terror e do espanto – do thambos aristotélico – que a impeliu a fugir dessa experiência, buscando abrigo nas suas miudezas usuais e definhando pouco a pouco, até chegar à nulidade completa; decerto o maior fenômeno de auto-aniquilação intelectual já transcorrido em tempo tão breve em qualquer época ou país. A desproporção entre o nosso filósofo e os seus contemporâneos – muito superiores, no entanto, à atual geração – mede-se por um episódio transcorrido num centro anarquista, em data que agora me escapa, quando se defrontaram, num debate, Mário e o então mais eminente intelectual oficial do Partido Comunista Brasileiro, Caio Prado Júnior. Caio falou primeiro, respondendo desde o ponto de vista marxista à questão proposta como Leitmotiv do debate. Quando ele terminou, Mário se ergueu e disse mais ou menos o seguinte:

– Lamento informar, mas o ponto de vista marxista sobre os tópicos escolhidos não é o que você expôs. Vou, portanto, refazer a sua conferência antes de fazer a minha.

E assim fez. Muito apreciado no grupo anarquista, não por ser integralmente um anarquista ele próprio, mas por defender as idéias econômicas de Pierre-Joseph Proudhon, Mário jamais foi perdoado pelos comunistas por esse vexame imposto a uma vaca sagrada do Partidão. O fato pode ter contribuído em algo para o muro de silêncio que cercou a obra do filósofo desde a sua morte. O Partido Comunista sempre se arrogou a autoridade de tirar de circulação os autores que o incomodavam, usando para isso a rede de seus agentes colocados em altos postos na mídia, no mundo editorial e no sistema de ensino. A lista dos condenados ao ostracismo é grande e notável. Mas, no caso de Mário, não creio que tenha sido esse o fator decisivo. O Brasil preferiu ignorar o filósofo simplesmente porque não sabia do que ele estava falando. Essa confissão coletiva de inépcia tem, decerto, o atenuante de que as obras do filósofo, publicadas por ele mesmo e vendidas de porta em porta com um sucesso que contrastava pateticamente com a ausência completa de menções a respeito na mídia cultural, vinham impressas com tantas omissões, frases truncadas e erros gerais de revisão, que sua leitura se tornava um verdadeiro suplício até para os estudiosos mais interessados – o que, decerto, explica mas não justifica. A desproporção evidenciada naquele episódio torna-se ainda mais eloqüente porque o marxismo era o centro dominante ou único dos interesses intelectuais de Caio Prado Júnior, ao passo que, no horizonte infinitamente mais vasto dos campos de estudo de Mário Ferreira, era apenas um detalhe ao qual ele não poderia ter dedicado senão alguns meses de atenção: nesses meses, aprendera mais do que o especialista que dedicara ao assunto uma vida inteira.

A mente de Mário Ferreira era tão formidavelmente organizada que para ele era a coisa mais fácil localizar imediatamente no conjunto da ordem intelectual qualquer conhecimento novo que lhe chegasse desde área estranha e desconhecida. Numa outra conferência, interrogado por um mineralogista de profissão que desejava saber como aplicar ao seu campo especializado as técnicas lógicas que Mário desenvolvera, o filósofo respondeu que nada sabia de mineralogia mas que, por dedução desde os fundamentos gerais da ciência, os princípios da mineralogia só poderiam ser tais e quais – e enunciou quatorze. O profissional reconheceu que, desses, só conhecia oito.

A biografia do filósofo é repleta dessas demonstrações de força, que assustavam a platéia, mas que para ele não significavam nada. Quem ouve as gravações das suas aulas, registradas já na voz cambaleante do homem afetado pela grave doença cardíaca que haveria de matá-lo aos 65 anos, não pode deixar de reparar na modéstia tocante com que o maior sábio já havido em terras lusófonas se dirigia, com educação e paciência mais que paternais, mesmo às platéias mais despreparadas e toscas. Nessas gravações, pouco se nota dos hiatos e incongruências gramaticais próprios da expressão oral, quase inevitáveis num país onde a distância entre a fala e a escrita se amplia dia após dia. As frases vêm completas, acabadas, numa seqüência hierárquica admirável, pronunciadas em recto tono, como num ditado.

Quando me refiro à organização mental, não estou falando só de uma habilidade pessoal do filósofo, mas da marca mais característica de sua obra escrita. Se, num primeiro momento, essa obra dá a impressão de um caos inabarcável, de um desastre editorial completo, o exame mais demorado acaba revelando nela, como demonstrei na introdução à Sabedoria das Leis Eternas, um plano de excepcional clareza e integridade, realizado quase sem falhas ao longo dos 52 volumes da sua construção monumental, a Enciclopédia das Ciências Filosóficas.

Além dos maus cuidados editoriais – um pecado que o próprio autor reconhecia e que explicava, com justeza, pela falta de tempo –, outro fator que torna difícil ao leitor perceber a ordem por trás do caos aparente provém de uma causa biográfica. A obra escrita de Mário reflete três etapas distintas no seu desenvolvimento intelectual, das quais a primeira não deixa prever em nada as duas subseqüentes, e a terceira, comparada à segunda, é um salto tão formidável na escala dos graus de abstração que aí parecemos nos defrontar já não com um filósofo em luta com suas incertezas e sim com um profeta-legislador a enunciar leis reveladas ante as quais a capacidade humana de discutir tem de ceder à autoridade da evidência universal.

A biografia interior de Mário Ferreira é realmente um mistério, tão grandes foram os dois milagres intelectuais que a moldaram. O primeiro transformou um mero ensaísta e divulgador cultural em filósofo na acepção mais técnica e rigorosa do termo, um dominador completo das questões debatidas ao longo de dois milênios, especialmente nos campos da lógica e da dialética. O segundo fez dele o único – repito, o único – filósofo moderno que suporta uma comparação direta com Platão e Aristóteles. Este segundo milagre anuncia-se ao longo de toda a segunda fase da obra, numa seqüência de enigmas e tensões que exigiam, de certo modo, explodir numa tempestade de evidências e, escapando ao jogo dialético, convidar a inteligência a uma atitude de êxtase contemplativo. Mas o primeiro milagre, sobrevindo ao filósofo no seu quadragésimo terceiro ano de idade, não tem nada, absolutamente nada, que o deixe prever na obra publicada até então. A família do filósofo foi testemunha do inesperado. Mário fazia uma conferência, no tom meio literário, meio filosófico dos seus escritos usuais, quando de repente pediu desculpas ao auditório e se retirou, alegando que "tivera uma idéia" e precisava anotá-la urgentemente. A idéia era nada mais, nada menos que as teses numeradas destinadas a constituir o núcleo da Filosofia Concreta, por sua vez coroamento dos dez volumes iniciais da Enciclopédia, que viriam a ser escritos uns ao mesmo tempo, outros em seguida, mas que ali já estavam embutidos de algum modo. A Filosofia Concreta é construída geometricamente como uma seqüência de afirmações auto-evidentes e de conclusões

exaustivamente fundadas nelas – uma ambiciosa e bem sucedida tentativa de descrever a estrutura geral da realidade tal como tem de ser concebida necessariamente para que as afirmações da ciência façam sentido.

Mário denomina a sua filosofia "positiva", mas não no sentido comteano. Positividade (do verbo "pôr") significa aí apenas "afirmação". O objetivo da filosofia positiva de Mário Ferreira é buscar aquilo que legitimamente se pode afirmar sobre o conjunto da realidade à luz do que foi investigado pelos filósofos ao longo de vinte e quatro séculos. Por baixo das diferenças entre escolas e correntes de pensamento, Mário discerne uma infinidade de pontos de convergência onde todos estiveram de acordo, mesmo sem declará-lo, e ao mesmo tempo vai construindo e sintetizando os métodos de demonstração necessários a fundamentá-los sob todos os ângulos concebíveis.

Daí que a filosofia positiva seja também "concreta". Um conhecimento concreto, enfatiza ele, é um conhecimento circular, que conexiona tudo quanto pertence ao objeto estudado, desde a sua definição geral até os fatores que determinam a sua entrada e saída da existência, a sua inserção em totalidades maiores, o seu posto na ordem dos conhecimentos, etc. Por isso é que à seqüência de demonstrações geométricas se articula um conjunto de investigações dialéticas, de modo que aquilo que foi obtido na esfera da alta abstração seja reencontrado no âmbito da experiência mais singular e imediata. A subida e descida entre os dois planos opera-se por meio da decadialética, que enfoca o seu objeto sob dez aspectos:

1. Campo sujeito-objeto. Todo e qualquer ser, seja físico, espiritual, existente, inexistente, hipotético, individual, universal, etc. é simultaneamente objeto e sujeito, o que é o mesmo que dizer – em termos que não são os usados pelo autor – receptor e emissor de informações. Se tomarmos o objeto mais alto e universal – Deus –, Ele é evidentemente sujeito, e só sujeito, ontologicamente: gerando todos os processos, não é objeto de nenhum. No entanto, para nós, é objeto dos nossos pensamentos. Deus, que ontologicamente é puro sujeito, pode ser objeto do ponto de vista cognitivo. No outro extremo, um objeto inerte, como uma pedra, parece ser puro objeto, sem nada de sujeito. No entanto, é óbvio que ela está em algum lugar e emite aos objetos circundantes alguma informação sobre a sua presença, por exemplo, o peso com que ela repousa sobre outra pedra. Com uma imensa gradação de diferenciações, cada ente pode ser precisamente descrito nas suas respectivas funções de sujeito e objeto. Conhecer um ente é, em primeiro lugar, saber a diferenciação e a articulação dessas funções. Alguns exercícios para o leitor se aquecer antes de entrar no estudo da obra de Mário Ferreira: (1) Diferencie os aspectos e ocasiões em que um fantasma é sujeito e objeto. (2) E uma idéia abstrata, quando é sujeito, quando é objeto? (3) E um personagem de ficção, como Dom Quixote?

2. Campo da atualidade e virtualidade. Dado um ente qualquer, pode-se distinguir entre o que ele é efetivamente num certo momento e aquilo em que ele pode (ou não) se transformar no instante seguinte. Alguns entes abstratos, como por exemplo a liberdade ou a justiça, podem se transformar nos seus contrários. Mas um gato não pode se transformar num antigato.

3. Distinção entre as virtualidades (possibilidades reais) e as possibilidades não-reais, ou meramente hipotéticas. Toda possibilidade, uma vez logicamente enunciada, pode ser concebida como real ou irreal. Só podemos obter essa gradação pelo conhecimento dialético que temos das potências do objeto.

4. Intensidade e extensidade. Mário toma esses termos emprestados do físico alemão Wilhelm Ostwald (1853-1932), separando aquilo que só pode variar em diferença de estados, como por exemplo o sentimento de temor ou a plenitude de significados de uma palavra, e aquilo que se pode medir por meio de unidades homogêneas, como por exemplo linhas e volumes.

5. Intensidade e extensidade nas atualizações. Quando os entes passam por mudanças, elas podem ser tanto de natureza intensiva quanto extensiva. A descrição precisa das mudanças exige a articulação dos dois pontos de vista.

6. Campo das oposições no sujeito: razão e intuição. O estudo de qualquer ente sob os cinco primeiros aspectos não pode ser feito só com base no que se sabe deles, mas tem de levar em conta a modalidade do seu conhecimento, especialmente a distinção entre os elementos racionais e intuitivos que entram em jogo.

7. Campo das oposições da razão: conhecimento e desconhecimento. Se a razão fornece o conhecimento do geral e a intuição o do particular, em ambos os casos há uma seleção: conhecer é também desconhecer. Todos os dualismos da razão – concreto-abstrato, objetividade-subjetividade, finito-infinito, etc. – procedem da articulação entre conhecer e desconhecer. Não se conhece um objeto enquanto não se sabe o que tem de ser desconhecido para que ele se torne conhecido.

8. Campo das atualizações e virtualizações racionais. A razão opera sobre o trabalho da intuição, atualizando ou virtualizando, isto é, trazendo para o primeiro plano ou relegando para um plano de fundo os vários aspectos do objeto percebido. Toda análise crítica de conceitos abstratos supõe uma clara consciência do que aí foi atualizado e virtualizado.

9. Campo das oposições da intuição. A mesma separação do atual e do virtual já acontece no nível da intuição, que é espontaneamente seletiva. Se, por exemplo, olhamos esta revista como uma singularidade, fazemos abstração dos demais exemplares da mesma tiragem. Tal como a razão, a intuição conhece e desconhece.

10. Campo do variante e do invariante. Não há fato absolutamente novo nem absolutamente idêntico a seus antecessores. Distinguir os vários graus de novidade e repetição é o décimo e último procedimento da decadialética.

Mário complementa o método com a pentadialética, uma distinção de cinco planos diferentes nos quais um ente ou fato pode ser examinado: como unidade, como parte de um todo do qual é elemento, como capítulo de uma série, como peça de um sistema (ou estrutura de tensões) e como parte do universo.

Nos dez primeiros volumes da Enciclopédia, Mário aplica esses métodos à resolução de vários problemas filosóficos divididos segundo a distinção tradicional entre as disciplinas que compõem a filosofia – lógica, ontologia, teoria do conhecimento, etc. –, compondo assim a armadura geral com que, na segunda série, se aprofundará no estudo pormenorizado de determinados temas singulares.

Aconteceu que, na elaboração dessa segunda série, ele se deteve mais demoradamente no estudo dos números em Platão e Pitágoras, o que acabou por determinar o upgrade espetacular que marca a segunda metanóia do filósofo e os dez volumes finais da Enciclopédia, tal como expliquei na introdução à Sabedoria das Leis Eternas. O livro Pitágoras e o Tema do Número, um dos mais importantes do autor, dá testemunho da mutação. O que chamou a atenção de Mário foi que, na tradição pitagórico-platônica, os números não eram encarados como meras quantidades, no sentido em que são usados nas medições, mas sim como formas, isto é, articulações lógicas de relações possíveis. O que Pitágoras queria dizer com sua famosa afirmação de que “tudo são números” não é que todas as qualidades diferenciadoras podiam se reduzir a quantidades, mas que as quantidades mesmas eram por assim dizer qualitativas: cada uma delas expressava um certo tipo de articulação de tensões cujo conjunto formava um objeto. Mas, se de fato é assim, conclui Mário, a seqüência dos números inteiros não é apenas uma contagem, mas uma série ordenada de categorias lógicas. Contar é, mesmo inconscientemente, galgar os degraus de uma compreensão progressiva da estrutura do real. Vejamos, só para exemplificar, o que acontece no trânsito do número um ao número cinco. Todo e qualquer objeto é necessariamente uma unidade. Ens et unum convertuntur, “o ser e a unidade são a mesma coisa”, dirá Duns Escoto. Ao mesmo tempo, porém, esse objeto conterá em si alguma dualidade essencial. Mesmo a unidade simples, ou Deus, não escapa ao dualismo gnoseológico do conhecido e do desconhecido, já que aquilo que Ele conhece de si mesmo é desconhecido por nós. Ao mesmo tempo, os dois aspectos da dualidade têm de estar ligados entre si, o que exige a presença de um terceiro elemento, a relação. Mas a relação, ao articular os dois aspectos anteriores, estabelece entre eles uma proporção, ou quaternidade. A quaternidade, considerada como forma diferenciada do ente cuja unidade abstrata captamos no princípio, é por sua vez uma quinta forma. E assim por diante.

A mera contagem exprime, sinteticamente, o conjunto das determinações internas e externas que compõem qualquer objeto material ou espiritual, atual ou possível, real ou irreal. Os números são portanto “leis” que expressam a estrutura da realidade. O próprio Mário confessa não saber se essa sua versão muito pessoal do pitagorismo coincide materialmente com a filosofia do Pitágoras histórico. Seja uma descoberta ou uma redescoberta, a filosofia de Mário descerra diante dos nossos olhos, de maneira diferenciada e meticulosamente acabada, um edifício doutrinal inteiro que, em Pitágoras – e mesmo em Platão – estava apenas embutido de maneira compacta e obscura. Ao mesmo tempo, em A Sabedoria dos Princípios e demais volumes finais da Enciclopédia, ele dá ao seu próprio projeto filosófico um alcance incomparavelmente maior do que se poderia prever até

mesmo pela magistral Filosofia Concreta. A esta altura, aquilo que começara como conjunto de regras metodológicas se transmuta num sistema completo de metafísica, a mathesis megiste ou “ensinamento supremo”, ultrapassando de muito a ambição originária da Enciclopédia e elevando a obra de Mário Ferreira ao estatuto de uma das mais altas realizações do gênio filosófico de todos os tempos.

Não tenho a menor dúvida de que, quando passar a atual fase de degradação intelectual e moral do país e for possível pensar numa reconstrução, essa obra, mais que qualquer outra, deve tornar-se o alicerce de uma nova cultura brasileira. A obra, em si, não precisa disso: ela sobreviverá muito bem quando a mera recordação da existência de algo chamado “Brasil” tiver desaparecido. O que está em jogo não é o futuro de Mário Ferreira dos Santos: é o futuro de um país que a ele não deu nada, nem mesmo um reconhecimento da boca para fora, mas ao qual ele pode dar uma nova vida no espírito. Pitágoras histórico. Seja uma descoberta ou uma redescoberta, a filosofia de Mário descerra diante dos nossos olhos, de maneira diferenciada e meticulosamente acabada, um edifício doutrinal inteiro que, em Pitágoras – e mesmo em Platão – estava apenas embutido de maneira compacta e obscura. Ao mesmo tempo, em *A Sabedoria dos Princípios* e demais volumes finais da *Enciclopédia*, ele dá ao seu próprio projeto filosófico um alcance incomparavelmente maior do que se poderia prever até mesmo pela magistral *Filosofia Concreta*. A esta altura, aquilo que começara como conjunto de regras metodológicas se transmuta num sistema completo de metafísica, a *mathesis megiste* ou “ensinamento supremo”, ultrapassando de muito a ambição originária da *Enciclopédia* e elevando a obra de Mário Ferreira ao estatuto de uma das mais altas realizações do gênio filosófico de todos os tempos.

Não tenho a menor dúvida de que, quando passar a atual fase de degradação intelectual e moral do país e for possível pensar numa reconstrução, essa obra, mais que qualquer outra, deve tornar-se o alicerce de uma nova cultura brasileira. A obra, em si, não precisa disso: ela sobreviverá muito bem quando a mera recordação da existência de algo chamado “Brasil” tiver desaparecido. O que está em jogo não é o futuro de Mário Ferreira dos Santos: é o futuro de um país que a ele não deu nada, nem mesmo um reconhecimento da boca para fora, mas ao qual ele pode dar uma nova vida no espírito.